



ministrativo nº 27/2014, conforme previsto em sua Cláusula Segunda - "VIGÊNCIA" e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como REAJUSTAR os valores contratuais, no percentual de 9,07%, com base no Índice de Verificação de custos do Transporte Rodoviário de Cargas - INCT/FIPE/NTC, a partir de 1º de outubro de 2016 e em consequência alterar o Item 2.3 e item 4.1 do Contrato. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 11/12/2016 a 11/12/2017. Valor Total: R\$540.052,80. Fonte: 100000000 - 2016NE800060. Data de Assinatura: 09/12/2016.

(SICON - 21/12/2016) 180002-00001-2016NE800144

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

EDITAL Nº 4, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016 SELEÇÃO PÚBLICA DE ATLETAS A SEREM BENEFICIADOS PELO PROGRAMA ATLETA PÓDIO

O SECRETÁRIO NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO, no uso de suas atribuições legais, torna público o Edital de seleção de atletas a serem beneficiados pelo Programa Atleta Pódio, instituído pela Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, e nos termos da Portaria ME nº 67, de 4 de abril de 2013 e Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O pleito será regido por este Edital e executado pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Edital a seleção de atletas praticantes de modalidades individuais que compõem o programa dos Jogos Olímpicos ou dos Jogos Paralímpicos, de verão ou de inverno, os quais, uma vez selecionados, gozarão dos benefícios relativos ao Programa Atleta Pódio, instituído pela Lei nº 12.395, de 2011, durante o ciclo de 2016-2020.

2.2. Para os fins deste Edital, consideram-se modalidades individuais que fazem parte do Programa dos Jogos Olímpicos ou dos Jogos Paralímpicos aquelas indicadas no programa do Comitê Olímpico Internacional (COI) e do Comitê Paralímpico Internacional (IPC), respectivamente, e administradas, no Brasil, por entidades vinculadas ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) ou ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), conforme o caso.

2.3 Para efeito deste Edital, ciclo olímpico e paraolímpico é o período compreendido entre a realização de 2 (dois) Jogos Olímpicos ou 2 (dois) Jogos Paralímpicos, de verão ou de inverno, ou o que restar até a realização dos próximos Jogos Olímpicos ou Jogos Paralímpicos.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Para participar da presente seleção, e sem prejuízo de outras exigências previstas neste Edital, o atleta deverá cumprir, cumulativamente, as seguintes exigências:

- estar em plena atividade esportiva;
- estar vinculado a uma entidade de prática esportiva ou a alguma entidade nacional de administração do desporto;
- apresentar declaração acerca do recebimento, ou não, de qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, apontando o(s) valor(es) efetivamente recebido(s) e qual(is) o(s) período(s) de vigência do(s) contrato(s), entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regular diverso do salário, assim como qualquer tipo de apoio em troca de veiculação de qualquer marca de produto ou serviço;
- estar ranqueado junto à entidade internacional relativa à sua modalidade, entre os vinte primeiros colocados do mundo em sua prova específica, no momento da postagem do Plano Esportivo ou da data do protocolo, diretamente, neste Ministério do Esporte;
- ter sido indicado pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto em conjunto com o Comitê Olímpico do Brasil (COB) ou Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e o Ministério do Esporte;

§ 1º Os atletas atualmente beneficiários do Programa Atleta Pódio não poderão participar do presente processo seletivo.

§ 2º A contemplação no presente processo seletivo implicará na substituição do primeiro vínculo pelo que agora se instituiu.

4. DA ANÁLISE DA INDICAÇÃO DO ATLETA

4.1 As propostas apresentadas serão analisadas para fins de:

- Aprovação; e
- Reprovação.

4.2. Somente serão analisadas as indicações feitas pelas entidades nacionais de administração do desporto, Ministério do Esporte, Comitê Olímpico do Brasil ou Comitê Paralímpico Brasileiro e que, cumulativamente, preencherem as condições de participação previstas nas alíneas 'a' a 'e' do item 3.1 deste Edital.

4.2.1 Serão rejeitadas liminarmente, sem análise acerca do descumprimento das condições de participação, as propostas encaminhadas fora dos prazos estipulados no cronograma inserto no item 8.1.

4.3. A análise das indicações e dos respectivos Planos Esportivos compete aos Grupos de Trabalho instituídos pela Portaria ME nº 456, de 24 de novembro de 2016, respeitada a modalidade específica de cada atleta.

4.4 Após a aprovação da indicação pelo Grupo de Trabalho o atleta será notificado para, em até 7 dias úteis, preencher o cadastro online disponível no endereço eletrônico <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/alto-rendimento/plano-brasil-medalhas>; e apresentar o Plano Esportivo de que trata o item 5 deste Edital.

5. DO PLANO ESPORTIVO

5.1. CRITÉRIOS PARA PREENCHIMENTO E APRESENTAÇÃO

5.1.1. A inscrição online é confirmada após recebimento de mensagem do Ministério do Esporte, contendo o número da ficha de inscrição, o login e a senha do atleta, enviada para o endereço de correio eletrônico, informado no cadastro descrito no item 4.4 deste edital.

5.1.2. Somente o atleta com cadastro online confirmado, nos termos do item 5.1.1, terá cumprido a primeira fase do pleito e será considerado atleta inscrito. A partir desse momento, será disponibilizado ao atleta o formulário de preenchimento do Plano Esportivo, acessado por meio da área restrita. Após o preenchimento, impressão e assinatura, o atleta deverá enviar ou protocolar diretamente o Plano Esportivo para o Ministério do Esporte.

5.1.3. Os anexos elencados no item 5.4 e as declarações enviadas devem, preferencialmente, seguir os modelos disponibilizados pelo Ministério do Esporte e, obrigatoriamente, conter todas as informações nelas exigidas.

5.1.4. É de exclusiva responsabilidade do atleta o acesso à página eletrônica do Ministério do Esporte citada e o preenchimento online do cadastro e do Plano Esportivo.

5.1.5. Só terão validade os Planos Esportivos enviados dentro do prazo estipulado nesta chamada pública (item 8.1).

5.1.6. É obrigação exclusiva, do atleta inscrito, o acompanhamento do pleito, por meio da área restrita da página eletrônica: <http://www.esporte.gov.br/index.php/area-restrita>, acessada com o login e senha informados na forma do item 5.1.1.

5.1.7. O atleta inscrito ou seu representante legal poderá solicitar ao Ministério do Esporte, a qualquer tempo, por intermédio do email: duvidasbolsa@esporte.gov.br, o login e a senha para acompanhamento do pleito.

5.2. O Plano Esportivo, inclusive seus anexos, deve ser elaborado em formulários específicos, disponíveis na página oficial do Ministério do Esporte na internet: <http://www.esporte.gov.br/index.php/pre-cadastro>, observando-se os seguintes critérios:

a. IDENTIFICAÇÃO DO ATLETA: A qualificação pessoal do atleta, com nome, CPF, RG, idade, estado civil, gênero, raça, grau de escolaridade, endereço (inclusive o eletrônico), telefone, a modalidade praticada e a prova/categoria/classe que irá disputar na próxima edição dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, com a indicação de ranking mundial e/ou Olímpico/Paraolímpico da federação internacional correspondente à modalidade, de acordo com critérios estabelecidos para participação dos Jogos Olímpicos/Paralímpicos;

b. IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO PRINCIPAL: A qualificação pessoal do técnico principal, com nome, CPF, idade, formação, endereço, telefone, e-mail e nacionalidade e/ou nacionalidade;

c. DADOS DO CLUBE: A identificação do clube esportivo a que estiver, eventualmente, vinculado no momento da inscrição, indicando o nome do clube, endereço, telefone e tempo de filiação, quando for o caso;

d. DADOS DO PATROCINADOR: As informações relativas a patrocínio, indicando os dados referentes à(s) empresa(s) patrocinadora(s) e/ou pessoa(s) física(s) que lhe preste(m) auxílio financeiro, tais como nome(s), valor(es) do(s) patrocínio(s), em reais, e o(s) período(s) de vigência do(s) contrato(s).

e. PREVISÃO DE PARTICIPAÇÃO PARA 12 MESES: A previsão de participação em competições, durante os próximos 12 meses, especificando as competições nacionais e internacionais das quais pretende participar e que possam contribuir com sua preparação para os Jogos.

e.1. A especificação a que se refere à alínea 'e' deverá indicar as competições contendo as metas (intermediárias) que serão estimadas para cada evento, mencionando o nome, o tipo (campeonato, copa, grand prix, meeting, etc.), o período, a comissão (técnica e multidisciplinar) que irá acompanhar o atleta, o local da competição (cidade e País), os custos em reais de cada ação e a fonte de financiamento.

f. METAS: A meta (principal) para o Ciclo Olímpico e Paraolímpico 2016 - 2020 deve estimar a colocação a ser atingida durante os Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos, de verão ou de inverno, a qual deverá prever a obtenção de medalha;

g. RESULTADOS ANTECEDENTES: Os resultados esportivos dos últimos três anos, apresentando o melhor resultado de cada ano, com a indicação do evento, do local, do resultado obtido, do tempo, da marca e/ou da pontuação, na prova específica relacionada ao pleito. Os atletas que não possuem resultados nos últimos três anos, por motivo de afastamento por lesão, por ter ingressado no circuito internacional há menos de três anos, ou outros, serão avaliados pelo Grupo de Trabalho, quanto à aprovação para o Programa;

h. POSIÇÃO NO RANKING: A posição em que o atleta se encontra no ranking internacional de sua modalidade, no momento da postagem ou protocolo do Plano Esportivo no Ministério do Esporte. Poderá ser utilizado o ranking mundial ou Olímpico/Paraolímpico da federação internacional correspondente à modalidade, de acordo com critérios estabelecidos para a habilitação dos atletas a participarem dos Jogos Olímpicos/Paralímpicos.

i. SAÚDE: A condição de saúde do atleta deve estar compatível com o cumprimento do Plano Esportivo, a ser demonstrada por meio de atestado médico atualizado, em data retroativa de até 30(trinta) dias. O atestado médico deverá ser encaminhado juntamente com e do Plano Esportivo.

j. PLANO DE TREINAMENTO: O resumo do plano de treinamento para os próximos doze meses, com o indicativo do local de treinamento (cidade e País), o período, os custos envolvidos e a fonte de financiamento.

5.3. O Plano Esportivo elaborado pelo atleta poderá sinalizar também a indicação das ações necessárias à melhoria de seu resultado esportivo em competições internacionais, podendo incluir:

a) disponibilização ou criação de equipe técnica multidisciplinar voltada ao planejamento, treinamento e acompanhamento do atleta;

b) participação em competições internacionais;

c) participação em treinamentos e intercâmbios internacionais;

d) fornecimento de equipamentos e materiais esportivos de alta performance;

e) execução de procedimentos científicos de auxílio ao treinamento do atleta.

5.4. Os anexos a que se refere o item 5.2 deste Edital, em que poderão ser consignadas as ações a que se referem às alíneas 'a' a 'e' do item 5.3, deverão ser preenchidos observando-se as seguintes orientações:

Anexo I - Equipe Multidisciplinar

Nesse anexo, o atleta deverá indicar os profissionais que comporão a sua equipe multidisciplinar, inclusive o técnico principal, podendo ser indicados profissionais de áreas específicas cujo conhecimento técnico possa propiciar a complementação do treinamento do atleta. Os profissionais deverão ser identificados pelo nome, CPF, idade, formação, endereço, telefone, e-mail e nacionalidade e/ou nacionalidade, a função a ser exercida na equipe, o perfil profissional com descrição de área de atuação e experiência acadêmica e prática, tempo de relacionamento profissional com o atleta, o número de horas trabalhadas com o atleta, a estimativa do valor total e a fonte de financiamento. OBS.: Esse anexo só deve ser preenchido pelo atleta cujo Plano Esportivo prever a necessidade de disponibilização da ação prevista na alínea 'a' do item 5.3 deste Edital.

Anexo II - Materiais e Equipamentos

Nesse anexo, o atleta deverá apresentar a relação de materiais e equipamentos para treinamentos e competições necessários ao incremento de seus resultados desportivos, com a devida especificação dos itens, a quantidade, a estimativa de preço unitário, o valor total e a fonte de financiamento. OBS.: Esse anexo só deve ser preenchido pelo atleta cujo Plano Esportivo prever a necessidade de disponibilização da ação prevista na alínea 'd' do item 5.3 deste Edital.

Anexo III - Procedimentos Científicos

Nesse anexo, o atleta deverá indicar todos os procedimentos científicos que reputar necessários ao seu desenvolvimento com vistas ao atingimento da meta proposta, identificando o procedimento específico, a entidade que os realizará, a quantidade, o preço unitário em reais, o valor total e a fonte de financiamento. OBS.: Esse anexo só deve ser preenchido pelo atleta cujo Plano Esportivo prever a necessidade de disponibilização da ação prevista na alínea 'e' do item 5.3 deste Edital, desde que não possam ser realizadas por entidade pública, da administração direta e indireta, federal, estadual ou municipal, reconhecida e capacitada para tal fim.

5.5. Nos casos em que a informação específica não conste do formulário, o atleta deverá selecionar a opção "Não se aplica".

6. DA ANÁLISE DO PLANO ESPORTIVO

6.1. O Grupo de Trabalho a que competir à análise da proposta deverá avaliar, preliminarmente:

- se as condições de participação previstas nas alíneas 'a' a 'e' do item 3.1 deste Edital foram preenchidas, desaprovando aquelas que estejam em desconformidade com tais exigências; e b) se os formulários e anexos a que se refere o item 5.2 deste Edital foram preenchidos corretamente, observando os critérios e orientações pertinentes, elencados neste Edital, desaprovando aquelas que contiverem erros insanáveis ou não sanados no prazo estabelecido na hipótese de que trata o item 5.2 deste Edital;

6.2. O Plano Esportivo que atender as condições de participação previstas nas alíneas 'a' a 'e' do item 3.1 deste Edital será avaliado de acordo com os seguintes critérios:

a) Progressão de resultado internacional: o atleta deverá apresentar progressão de resultado (colocação, ou de marca ou de pontuação) nos últimos três anos.

b) Relevância da meta Olímpica ou Paralímpica: o atleta deve apresentar como meta a obtenção da "Medalha Olímpica/Paralímpica na próxima Edição do Jogos", pois somente nessas condições de obter medalha, o atleta poderá ingressar no Programa Atleta Pódio.

c) Relevância das Metas intermediárias: compreendem-se as metas estabelecidas dentro do grupo dos 10 (dez) primeiros colocados nas competições indicadas no plano esportivo;

d) Compatibilidade da equipe multidisciplinar, considerada a partir da coerência e adequação às atividades necessárias para complementar o treinamento do atleta com vistas ao atingimento das metas propostas.

e) Abrangência do Plano Esportivo que deverá compreender todo o período de treinamento proposto.

6.2.1. A avaliação do disposto na alínea 'd' do item 6.2 deste Edital somente será feita nos casos em que o Plano Esportivo contiver o Anexo I - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, conforme disposto no item 5.4 deste Edital.

6.3. O Grupo de Trabalho deverá atribuir valores aos itens arrolados nas alíneas 'a' a 'e' do item 6.2 da seguinte forma:

0 Item reprovado
1 Item aprovado

6.4. A pontuação atribuída ao Plano Esportivo pelo Grupo de Trabalho que promover a sua análise será somada e considerar-se-á:

- aprovado, o que obtiver 5 pontos;
- reprovado, o que obtiver 0 pontos.

6.4.1. O Plano Esportivo poderá ser revisado pelo atleta, uma única vez, desde que a pontuação atribuída pelo Grupo de Trabalho tenha sido de 1 a 4 pontos.

6.4.1.1. No caso de revisão do Plano Esportivo, o atleta será comunicado pelo Ministério do Esporte no prazo de 5 dias úteis, para que a faça no prazo de 7 dias úteis, prorrogável por igual período, com a devida justificativa, reenviando-o à SNEAR da forma prevista no item 7 deste Edital, para nova avaliação pelo respectivo Grupo de Trabalho.

6.4.1.2. Recebido o Plano Esportivo revisado, o Grupo de Trabalho promoverá a sua análise, atribuindo-lhe a pontuação conforme os itens 6.3 e 6.4.

6.5. A análise dos critérios acima listados, para fins de aprovação, respeitará as características e especificidades de cada modalidade esportiva.

6.6. O atleta que tiver seu Plano Esportivo aprovado e preencher as demais condições previstas neste Edital será considerado contemplado.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA E DO PLANO ESPORTIVO

7.1. Para fins de envio do Plano Esportivo o atleta deverá:

a) acessar a página oficial do Ministério do Esporte na internet e preencher o formulário (Plano Esportivo) e seus anexos, de acordo com as instruções constantes deste edital (item 5) e do endereço www.esporte.gov.br;

b) imprimir o Plano Esportivo e os anexos e assiná-los;

c) É de responsabilidade do atleta reunir os documentos listados abaixo e enviar, juntamente com o Plano Esportivo:

c.1) cópia do documento de identidade;

c.2) cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda);

c.3) declaração da entidade de prática desportiva (clube), atestando que o atleta: 1) está vinculado a ela e se encontra em plena atividade esportiva; e 2) participa regularmente de treinamento para futuras competições nacionais ou internacionais.

d) enviar a documentação, para fins de aprovação, ao Ministério do Esporte, nos prazos previstos no cronograma constante do item 8.1, para o seguinte endereço:

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento SNEAR

SIG, Quadra 4, lote 83

Edifício Capital Financial Center - Bloco C, Loja 2, Térreo - Sala T1

CEP: 70610-440 Brasília - DF

7.2 Os atletas contemplados com o Bolsa-Atleta, no exercício imediatamente anterior, ficam dispensados da apresentação dos documentos a que se referem os subitens "c.1" e "c.2" do item 7.1.

8. DOS PRAZOS

8.1. A presente Chamada Pública obedecerá ao seguinte cronograma:

Etapas	Prazos
a) Período para envio das indicações para o Ministério do Esporte para análise	De 23 de dezembro de 2016 a 10 de outubro de 2017
b) Período para preenchimento do cadastro online e envio do Plano Esportivo para o Ministério do Esporte para análise	Até 07 dias úteis a contar da data de notificação de aprovação, pelo Grupo de Trabalho, da indicação de que trata o item 4 deste edital
c) Período para publicação no Diário Oficial da União - DOU da(s) relação(ões) contendo o(s) nome(s) dos atletas contemplado(s)	Março de 2017 - 1ª Publicação Maio de 2017 - 2ª Publicação Agosto de 2017 - 3ª Publicação Novembro de 2017 - 4ª Publicação
d) Envio do Termo de Adesão assinado	Até 30 dias a partir da data da publicação no DOU. Prorrogação: 30 dias mediante justificativa enviada pela ENAD.
e) Período para envio de prestação de contas	30 dias a partir do recebimento da última parcela do benefício (Art. 8º e art. 9º, Decreto 5.342/2005)
f) Período para interposição de recursos	Até dez dias úteis, contados da notificação sobre a decisão do Grupo de Trabalho
g) Notificação da decisão de acolhimento ou rejeição do(s) recurso(s) interpostos	Até dez dias úteis, contados da data de protocolo do recurso no Ministério do Esporte

8.2. O(s) recurso(s) a ser(em) interposto(s), seja(m) da decisão de rejeitar o pleito de indicação no Programa Atleta Pódio, seja da que indeferir a concessão da Bolsa-Atleta, na categoria Atleta Pódio, deverá(ão) ser protocolado(s) na SNEAR no endereço previsto no item 7.1.d, seguindo-se os prazos definidos neste Edital, em documento assinado pelo atleta ou representante legal devidamente constituído, contendo os itens contestados e as respectivas justificativas e argumentações necessárias.

8.3. Somente serão conhecidos os recursos que observarem o disposto no item 8.2 deste Edital, e que tiverem sido protocolados dentro dos prazos estabelecidos no item 8.1.

8.3.1. Poderão ser conhecidos os documentos e recursos que tiverem sido postados dentro dos prazos estabelecidos no item 8.1, desde que o recorrente comprove, documentalmente, que procedeu a sua postagem de forma tempestiva.

8.4. Os prazos citados no item 8.1 do quadro acima poderão sofrer alterações a critério da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - ME.

9. DA CONCESSÃO DA BOLSA-ATLETA, CATEGORIA ATLETA PÓDIO

9.1. Ao atleta com idade mínima de 14 (catorze) anos, na data da contemplação no Programa Atleta Pódio, no âmbito deste Edital, poderá ser concedido o benefício da Bolsa-Atleta Pódio, nos termos da Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 e Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, desde que cumpridas as exigências estabelecidas neste Edital, observados os prazos estabelecidos no cronograma constante do item 8.1.

9.2. A prioridade estabelecida em Lei, ou a efetiva concessão de Bolsa-Atleta em anos consecutivos ou no ano anterior, não desobriga o atleta, ou seu representante legal:

a) de obedecer a todos os procedimentos constantes deste Edital, inclusive os relativos ao preenchimento de formulários e ao envio de documentos, ressalvada a hipótese prevista no item 7.2;

b) de observar os prazos estabelecidos pelo Ministério do Esporte neste Edital;

c) de apresentar a respectiva prestação de contas, nos casos em que o atleta já tenha sido beneficiário do Programa Bolsa-Atleta;

d) de promover a atualização dos dados cadastrais sempre que necessário.

9.3. Somente os atletas que encaminharem corretamente toda a documentação exigida e que preencherem os demais requisitos previstos neste Edital, incluindo a aprovação pelo Grupo de Trabalho, serão considerados contemplados com a Bolsa-Atleta Pódio, permitindo-lhes assinar o Termo de Adesão.

9.4. Após a publicação no Diário Oficial da União (DOU) da relação de atletas contemplados, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento disponibilizará ao atleta contemplado, nos termos do item 9.3, de forma online, em área de acesso restrito ao respectivo atleta, o Termo de Adesão.

9.4.1. O atleta deverá imprimir o Termo de Adesão, preenchê-lo com os dados bancários (conta, agência e operação), número de PIS/PASEP/NIT ou equivalente, informados após sua abertura no agente financeiro do Programa Bolsa-Atleta, e enviá-lo ao Ministério do Esporte, devidamente rubricado e assinado, para o endereço indicado no item 7.1.

9.4.2. Somente os atletas que encaminharem o Termo de Adesão na forma dos itens 9.4 e 9.4.1, e tiverem seus nomes publicados no Extrato de Adesão na imprensa oficial, serão considerados atletas bolsistas.

9.5. A concessão da Bolsa-Atleta Pódio somente gerará efeitos financeiros para o atleta no mês subsequente à postagem ou protocolo no Ministério do Esporte do Termo de Adesão pelo beneficiário ou seu responsável legal, nos termos do item 9.4.1 deste Edital.

9.6. Ao longo do exercício do pleito e, havendo disponibilidade financeira, poderá ocorrer mais de uma publicação de lista de contemplados durante o período previsto no cronograma constante do item 8.1.

9.7. O atleta contemplado com a Bolsa-Atleta, categoria Pódio deverá apresentar ao Ministério do Esporte prestação de contas no prazo de trinta dias após o recebimento da última parcela.

9.8. Caso a prestação de contas não seja apresentada no prazo ou não tenha sido aprovada, o benefício não será renovado até que seja regularizada a pendência.

9.9. A não-aprovação da prestação de contas obrigará o atleta ou seu responsável a restituir os valores recebidos indevidamente, na forma do § 2º do art. 7º, do Decreto 5.342, de 2005.

9.10. É vedada a concessão simultânea de mais de uma bolsa ao mesmo atleta, ainda que cumpra os requisitos de outras categorias.

9.11. É vedada à concessão do benefício ao candidato a Bolsa-Atleta que ocupe cargo de dirigente esportivo em Entidades nacionais de Administração do Desporto.

9.12. Estar ranqueado junto à entidade internacional relativa à sua modalidade, entre os vinte primeiros colocados do mundo em sua prova específica, não garante a aprovação do pleito regido pelo presente Edital.

9.13. Antes da publicação dos atletas contemplados no DOU, cada Entidade Nacional de Administração do Desporto ou correspondente deverá enviar à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento novo documento que ratifique a habilitação dos atletas filiados ou vinculados a ela, especificamente no que diz respeito à continuidade da atividade esportiva em treinamentos e competições oficiais.

10. DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NO PROGRAMA ATLETA PÓDIO

10.1. A permanência do atleta no Programa será reavaliada anualmente e estará condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

a) cumprimento do plano esportivo, previamente aprovado pelo Ministério do Esporte;

b) permanência no ranqueamento da respectiva entidade internacional, de acordo com o previsto no inciso IV do art. 7º da Lei nº 12.395, de 2011.

c) envio, pelo atleta, da prestação de contas, que deverá conter:

c.1) declaração da entidade nacional de administração do desporto, comprovando que o atleta manteve-se inscrito junto à entidade e em plena atividade esportiva durante o período de recebimento do benefício;

c.2) declaração da entidade de prática desportiva (clube), atestando que o atleta:

c.2.1) está vinculado a ela e se encontra em plena atividade esportiva; e

c.2.2) participa regularmente de treinamento para futuras competições nacionais ou internacionais;

d) envio, pelo atleta, do novo Plano Esportivo, conforme descrito no item 5, referente aos doze meses subsequentes para reavaliação.

10.2. A reavaliação de que trata o item 10.1 será realizada por meio de Relatório de Avaliação Anual, a ser elaborado pelas respectivas ENAD e avaliado pelos Grupos de Trabalho instituídos pela Portaria ME nº 456, de 24 de novembro de 2016, respeitada a modalidade específica de cada atleta, que deverá aferir, entre outros, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no plano esportivo previamente aprovado.

10.3. Será excluído do Programa Atleta Pódio o atleta que:

a) for definitivamente condenado por uso de substância ou métodos proibidos no esporte, na forma do que dispõe o Decreto nº 6.653, de 18 de novembro de 2008, e o Código Brasileiro de Justiça Desportiva; ou

b) descumprir o Plano Esportivo previamente aprovado.

10.3.1. Os casos de impossibilidade de cumprimento do Plano Esportivo previamente aprovado, por afastamento temporário das atividades esportivas por lesão ou demais situações imprevistas, deverão ser considerados pelos Grupos de Trabalho quando da reavaliação de que trata o item 10.1 deste Edital, naquilo que não descumprir o previsto no art. 7º da Lei 12.395/2011.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente Edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no sítio eletrônico do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br).

11.2. O presente Edital de Chamamento Público terá eficácia a partir da data da publicação no Diário Oficial da União e conforme prazos estabelecidos no item 8, podendo a qualquer tempo ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por decisão unilateral da SNEAR/ME, devido a motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.3. Os resultados deste Edital serão divulgados no DOU e no sítio eletrônico do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br).

11.4. Os casos omissos serão dirimidos pela SNEAR, com o auxílio dos respectivos Grupos de Trabalho encarregados da análise das propostas.

11.5. A relação dos beneficiários com a Bolsa-Atleta Pódio será divulgada no DOU e no Portal do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br), contendo o nome do atleta, valor da bolsa e CPF, em lista por modalidade esportiva.

11.6. A Bolsa-Atleta categoria Atleta Pódio será concedida pelo prazo máximo de um ano, a ser paga em doze parcelas mensais, podendo ser renovada a cada ano do Ciclo Olímpico/Paralímpico, condicionada à avaliação periódica anteriormente citada.

11.7. O Ministério do Esporte não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou conexão, congestionamento das linhas de comunicação ou por outros fatores que impossibilitarem a transferência de dados, bem como por aquelas solicitadas fora do prazo estabelecido no cronograma constante do item 8.1.

11.8. O Ministério do Esporte não se responsabilizará por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação no seu destino.

11.9. Os Atletas bolsistas que conquistaram medalhas na última edição dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos terão prioridade para renovação das suas respectivas bolsas (Lei nº 12.395, de 2011).

11.10. O atleta contemplado com a Bolsa-Atleta, na categoria Atleta Pódio, que deixar de cumprir, de forma cumulativa, os critérios estabelecidos no Art 7º, incisos de I a V, da Lei 12.395/11 e atos normativos vigentes, bem como, o disposto na Cláusula Oitava do Termo de Adesão, assinado pelo atleta contemplado, poderá, mediante requerimento, ser remanejado para outra categoria, desde que cumpra os requisitos exigidos pela categoria requerida, respeitando o item 11.13.



11.11. Caso haja interrupção voluntária por parte do atleta ou a impossibilidade de cumprimento do plano esportivo por afastamento temporário das atividades esportivas, por lesão ou demais situações imprevistas, estes serão levados para análise e decisão do Grupo de Trabalho da respectiva modalidade esportiva, para decisão quanto à continuidade do beneficiado no Programa Atleta Pódio.

11.12. A Administração Pública se reserva no direito de interromper o processo seletivo mesmo após a apresentação da documentação pelos interessados, por razões de interesse público.

11.13. Os custos deste Edital serão cobertos em conformidade com o Programa Atleta Pódio, de acordo com as diretrizes do Programa Orçamentário "2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento", no âmbito da ação orçamentária 09HW - Concessão de Bolsas a Atletas, conforme Plano Plurianual - PPA 2016-2019, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério do Esporte:

Ação Orçamentária	Descrição
09HW	Concessão de Bolsas a Atletas
Descrição	Apoio financeiro mensal, sem qualquer vínculo entre os beneficiados e a administração pública federal, para atletas de destaque na seguinte categoria: Atleta Pódio, destinada aos atletas de modalidades individuais olímpicas e paraolímpicas vinculados ao Programa Atleta Pódio, de acordo com a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e a Lei nº 12.395, de 16 de maio de 2011.

LUIZ EDUARDO CARNEIRO DA SILVA DE
SOUZA LIMA

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 02501.001202/2015-48; Espécie: Contrato nº 068/2016/ANA; Contratante: Agência Nacional de Águas - ANA, CNPJ nº 04.204.444/0001-08; Contratada: CONSÓRCIO PROFILL-FATO, formado pelas empresas PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE LTDA, CNPJ nº 03.164.966/0001-52, e FATO PESQUISA SOCIAL E MERCADOLÓGICA LTDA, CNPJ nº 01.914.090/0001-99; Objeto: Prestação de serviços para a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) da Unidade de Gestão dos Recursos Hídricos Grande - UGRH Grande; Vinculação: Concorrência nº 001/ANA/2016 e seus Anexos; Valor: R\$ 716.609,53; Funcional Programática: 18.544.2084.20WI.0001; Fonte: 0134.044.302; Natureza da Despesa: 3.3.90.35; UGR: 443009 - SAS; Nota de Empenho estimativo: 2016NE800501, de 13/12/2016, no valor de R\$ 73.600,00; Nota de Empenho estimativo: 2016NE800502, de 13/12/2016, no valor de R\$ 18.400,00; Fundamento legal: Lei nº 8.666, de 21/6/1993, e alterações posteriores; Vigência: 16 meses, contados da data de sua assinatura; Data da assinatura: 14/12/2016.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2016 - UASG 443001

Nº Processo: 02501.002034/2016 . Objeto: Prestação de serviços de operação, manutenção e instalação de estações hidrometeorológicas, convencionais e telemétricas, localizadas e previstas em pontos e monitoramento nas sub-bacias 82 (rios Nhundiaquara e Itapocu), 83 (rio Itajaí-Açu) e 84 (rios Tubarão e Ararangua), situadas no litoral do Estado de Santa Catarina. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso VIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Art. 24º, Inciso VIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Dispensa em 19/12/2016. LUIS ANDRE MUNIZ. Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - Saf. Ratificação em 19/12/2016. VICENTE ANDREU GUILLO. Diretor-presidente da Ana. Valor Global: R\$ 1.516.608,49. CNPJ CONTRATADA : 83.052.191/0001-62 EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA.

(SIDECE - 21/12/2016) 443001-44205-2016NE800010

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 48/2016 UASG 443001

Nº Processo: 02501.001123/2015 . Objeto: Prestação de serviços no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, na forma de pagamento pelo esgoto tratado na Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Águas Lindas, haja vista a impossibilidade de competição, dada a exclusividade na prestação de tais serviços pelo Município. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 19/12/2016. LUIS ANDRE MUNIZ. Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - Saf. Ratificação em 19/12/2016. VICENTE ANDREU GUILLO. Diretor-presidente da Ana. Valor Global: R\$ 7.091.961,39. CNPJ CONTRATADA : 00.082.024/0001-37 COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL.

(SIDECE - 21/12/2016) 443001-44205-2016NE800010

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 49/2016 UASG 443001

Nº Processo: 02501.002206/2016 . Objeto: Contratação dos serviços de publicação e divulgação dos atos e matérias de interesse da ANA, no exercício de 2017, através de impressão no Diário Oficial da União. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 14/12/2016. LUIS ANDRE MUNIZ. Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - Saf. Ratificação em 14/12/2016. VICENTE ANDREU GUILLO. Diretor-presidente da Ana. Valor Global: R\$ 250.000,00. CNPJ CONTRATADA : 04.196.645/0001-00 IMPRENSANACIONAL.

(SIDECE - 21/12/2016) 443001-44205-2016NE800010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: 02501.000094/2016-77; Espécie: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria nº 2016/000161; Contratante: Projeto de Cooperação Técnica BRA/15/001 - ANA/PNUD; CNPJ: 03.723.329/0001-79; Contratado: Marie-Violaine Chabrel Pereira - CPF: 013.928.354-45; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato para 28/12/2016. Signatários: Pela Contratante: Didier Trebucq; Pelo Contratado: Marie-Violaine Chabrel Pereira; Publicação de extrato de contrato conforme o disposto no § 10, do art. 4º do Decreto nº 5.151 de 22 de julho de 2004. Data da Assinatura: 25/11/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2016 - UASG 193099

Nº Processo: 02001005357201594.

PREGÃO SRP Nº 8/2016. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIENTE E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 07586045000139. Contratado : RB CODE - INDUSTRIA DE SUPRIMENTO EQUIPAMENTOS DE AU. Objeto: Locação de PDAs e impressoras portáteis.Fundamento Legal: Pregão eletrônico 8/16 . Vigência: 15/12/2016 a 15/12/2017. Valor Total: R\$4.279.000,00. Fonte: 174193034 - 2016NE800912. Data de Assinatura: 15/12/2016.

(SICON - 21/12/2016) 193099-19211-2016NE800002

EDITAL DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA torna público que recebeu o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) do empreendimento denominado "Linha de Transmissão (LT) 500 kV Bacabeira - Pecém II" (Processo Ibama 02001.002976/2016-16), proposto para ser implantado nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão e composto por: LT 500 kV Bacabeira - Parnaíba III circuito 1 e circuito 2; LT 500 kV Parnaíba III - Acaraú III circuito único; LT 500 kV Acaraú III - Pecém II circuito único; LT 500 kV Acaraú III - Tianguá II circuito único; SE 500 kV Bacabeira; SE 500 kV Parnaíba III e Compensador Estático 500 kV (-150/+300) MVAR; SE 500 kV Acaraú III; SE 500 kV Tianguá II; ampliação da SE 500 kV Pecém II (ampliação); Seccionamento da SE-Bacabeira LT 500 kV Miranda II - São Luís II C1 e C2 e Seccionamento da SE Tianguá II na LT 500 kV Teresina II - Sobral III. Logo, o IBAMA informa, a quem interessar, que, no período de 45 dias, a contar da data de publicação deste edital, poderá ser solicitada AUDIÊNCIA PÚBLICA, conforme determina a Resolução CONAMA nº 9, de 03 de dezembro de 1987. Para tanto, em atendimento ao disposto no Art. 11 da Resolução CONAMA Nº 001/86, torna público que se encontram à disposição para consulta pública cópias do EIA e do RIMA do referido empreendimento nos locais a seguir relacionados: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Linha%20de%20Transmissao/LT%20500kV%20Bacabeira%20-%20Pecem%20II/>; Prefeitura Municipal de Acaraú, Endereço: Rua General Humberto Moura - 675 - Centro - CEP: 62580-000, Acaraú/CE; Câmara Municipal de Acaraú, Endereço: Avenida Capitão Diogo Lopes, Nº 53, Centro - CEP: 62580-000, Acaraú/MA; Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão, Endereço: Rua de Nazaré, S/N - Centro - CEP: 65578-000, Água Doce do Maranhão/MA; Câmara Municipal de Água Doce do Maranhão, Endereço: Rua 1º de Maio, 101 - Centro - CEP: 65578-000, Água Doce do Maranhão/MA; Prefeitura Municipal de Amontada, Endereço: Av. General Alípio dos Santos, 1343 - Centro - CEP: 62540-000, Amontada/CE; Câmara Municipal de Amontada, Endereço: Rua Dona Maria Belo, 1311 - CEP: 62540-000, Amontada/MA; Prefeitura Municipal de Araiões, Endereço: Rua 7 de Setembro, S/N - CEP: 65570-000, Araiões/MA; Câmara Municipal de Araiões, Endereço: Av. Dr. Paulo Ramos, 1 - Centro - CEP: 65570-000, Araiões/MA; Prefeitura Municipal de Axixá, Endereço: Rua Adelino Fontoura, 84 - CEP: 65108-000, Axixá/MA; Câmara Municipal de Axixá, Endereço: Praça da Saúde, 6 - Centro - CEP: 65108-000, Axixá/MA; Prefeitura Municipal de Bacabeira, Endereço: Rua 10 de Novembro, S/N - Cidade Nova - Centro - CEP: 65143-000, Bacabeira/MA; Câmara Municipal de Bacabeira, Endereço: Rua 10 de Novembro, S/N - Cidade Nova - Centro - CEP: 65143-000, Bacabeira/MA; Prefeitura Municipal de Barreirinhas, Endereço: Pça. Do Trabalhador s/n - Centro - CEP: 65590-000, Barreirinhas/MA; Câmara Municipal de Barreirinhas, Endereço: Rua Cláudio Ramos, 1 - Centro - CEP: 65590-000, Barreirinhas/MA; Prefeitura Municipal de Barroquinha, Endereço: Rua Boa Esperança, 100 - Centro (Secretaria de Educação) - CEP: 62410-000, Barroquinha/CE; Câmara Municipal de Barroqui-

nha, Endereço: Tv. do Ouvidor, 944 - Centro - CEP: 62410-000, Barroquinha/CE; Prefeitura Municipal de Bela Cruz, Endereço: Rua 7 de Setembro, 34, Centro - CEP: 62570-000, Bela Cruz/CE; Câmara Municipal de Bela Cruz, Endereço: Rua Capitão Miguel Lopes, 149, Centro - CEP: 62570-000, Bela Cruz/CE; Prefeitura Municipal de Bom Princípio do Piauí, Endereço: Rua 7 de Setembro, 34, Centro - CEP: 62570-000, Bom Princípio do Piauí/PI; Câmara Municipal de Bom Princípio do Piauí, Endereço: Praça Vereador Arimateia Carvalho - Centro - CEP: 64225-000, Bom Princípio do Piauí/PI; Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes, Endereço: Rua Joaquim Camelo de Freitas, 1019 - CEP: 64230-000, Buriti dos Lopes/PI; Câmara Municipal de Buriti dos Lopes, Endereço: Av. Pres. Vargas, 320 - CEP: 64230-00, Buriti dos Lopes/PI; Prefeitura Municipal de Cachoeira Grande, Endereço: Av. Beira Rio, 1 - Cachoeira Grande - CEP: 65165-000, Cachoeira Grande/MA; Câmara Municipal de Cachoeira Grande, Endereço: Rua Santos Dumont, 584 - Centro - CEP: 65165-000, Cachoeira Grande/MA; Prefeitura Municipal de Camocim, Endereço: Praça Severiano Morel, S/N - Centro - CEP: 62400-000, Camocim/CE; Câmara Municipal de Camocim, Endereço: Praça Severiano Morel, S/N - Centro - CEP: 62400-000, Camocim/CE; Prefeitura Municipal de Chaval, Endereço: Rua Cel. José Porfírio, 506 - CEP: 62420-000, Chaval/CE; Câmara Municipal de Chaval, Endereço: Praça da Câmara Municipal, S/N - CEP: 62420-000, Chaval/CE; Prefeitura Municipal de Cruz, Endereço: Av. 14 de Janeiro, s/n - Praça dos Três Poderes - Aningas - CEP: 62595-000, Cruz/CE; Câmara Municipal de Cruz, Endereço: Av. Dep. Amadeu Filomeno, S/N - CEP: 62595-000, Cruz/CE; Prefeitura Municipal de Granja, Endereço: Pça. da Matriz, S/N - Centro - CEP: 62430-000, Granja/CE; Câmara Municipal de Granja, Endereço: Rua Valdemiro Cavalcante, S/N - Centro - CEP: 62430-000, Granja/CE; Prefeitura Municipal de Humberto de Campos, Endereço: Pça. Leôncio Rodrigues, 136 - CEP: 65180-000, Humberto de Campos/MA; Câmara Municipal de Humberto de Campos, Endereço: Rua Praça Dr. Leôncio Rodrigues, 172 - CEP: 65180-000, Humberto de Campos/MA; Prefeitura Municipal de Ibiapina, Endereço: Rua Moisés Aarão, S/N - CEP: 62360-000, Ibiapina/CE; Câmara Municipal de Ibiapina, Endereço: Rua Padre Ibiapina, 680 - Centro, Ibiapina/CE; Prefeitura Municipal de Icatu, Endereço: Praça Jerônimo de Albuquerque do Maranhão, 01 - Centro - CEP: 65170-000, Icatu/MA; Câmara Municipal de Icatu, Endereço: Rua Coronel Cortes Maciel, 3 - Centro - CEP: 65170-000, Icatu/MA; Prefeitura Municipal de Itapipoca, Endereço: Av. Monsenhor Tabosa, 3027, Julho Ceará - CEP: 62500-000, Itapipoca/CE; Câmara Municipal de Itapipoca, Endereço: Rua Frei Cassiano, 750 - CEP: 62500-000, Itapipoca/CE; Prefeitura Municipal de Itarema, Endereço: Paço Municipal - Praça Nossa Senhora de Fátima, 48, Centro - CEP: 62590-000, Itarema/CE; Câmara Municipal de Itarema, Endereço: Av. João Batista Rios, S/N - Centro - CEP: 62590-000, Itarema/CE; Prefeitura Municipal de Luis Correia, Endereço: Av. Sen. Joaquim Pires, 261 - Centro - CEP: 64220-000, Luis Correia/PI; Câmara Municipal de Luis Correia, Endereço: Rua Jonas Correia, 316 - Centro - CEP: 64220-000, Luis Correia/PI; Prefeitura Municipal de Marco, Endereço: Avenida Prefeito Guido Osterno, S/N - CEP: 62560-000, Marco/CE; Câmara Municipal de Marco, Endereço: Rua Rios, S/N - Centro - CEP: 62560-000, Marco/CE; Prefeitura Municipal de Martinópolis, Endereço: Av. Cap. Brito, 550 - Centro - CEP: 62450-000, Martinópolis/CE; Câmara Municipal de Martinópolis, Endereço: Av. Capitão Brito, S/N - Centro - CEP: 62450-000, Martinópolis/CE; Prefeitura Municipal de Moraujo, Endereço: Av. Prefeito Raimundo Benício, 535 - CEP: 62480-000, Moraujo/CE; Câmara Municipal de Moraujo, Endereço: Rua Manoel Francisco, S/N - Centro - CEP: 62480-000, Moraujo/CE; Prefeitura Municipal de Morros, Endereço: Av. José Lopes Sousa, 30 - CEP: 65160-000, Morros/MA; Câmara Municipal de Morros, Endereço: Av. José Lopes Sousa, 30 - CEP: 65160-000, Morros/MA; Prefeitura Municipal de Paraipaba, Endereço: Rua Joaquim Braga, S/N - Centro - CEP: 62685-000, Paraipaba/CE; Câmara Municipal de Paraipaba, Endereço: Av. Maria Moreira, 164 - Centro - CEP: 62685-000, Paraipaba/CE; Prefeitura Municipal de Paulino Neves, Endereço: Av. Dr. Paulo Ramos, S/N - CEP: 65585-000, Paulino Neves/MA; Câmara Municipal de Paulino Neves, Endereço: Av. Dr. Paulo Ramos, 12 - CEP: 65585-000, Paulino Neves/MA; Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino, Endereço: Praça Santo Antônio, S/N - Centro - CEP: 65140-000, Presidente Juscelino/MA; Câmara Municipal de Presidente Juscelino, Endereço: Rua Constantino Rabelo, - Centro - CEP: 65140-000, Presidente Juscelino/MA; Prefeitura Municipal de Primeira Cruz, Endereço: Rua Matriz, S/N - CEP: 65190-000, Primeira Cruz/MA; Câmara Municipal de Primeira Cruz, Endereço: Rua José Bonifácio, 12 - Centro - CEP: 65190-000, Primeira Cruz/MA; Prefeitura Municipal de Rosário, Endereço: Rua Urbano Santos, 970 - CEP: 65100-000, Rosário/MA; Câmara Municipal de Rosário, Endereço: Pç Getúlio Vargas - Centro - CEP: 65150-000, Rosário/MA; Prefeitura Municipal de Santana do Maranhão, Endereço: Av. Governadora Roseana Sarney, 1000 - CEP: 65555-000, Santana do Maranhão/MA; Câmara Municipal de Santana do Maranhão, Endereço: Rua Do Comércio S/N - CEP: 65555-000, Santana do Maranhão/MA; Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão, Endereço: Praça Nossa Sra. da Conceição, S/N - CEP: 65195-000, Santo Amaro do Maranhão/MA; Câmara Municipal de Santo Amaro do Maranhão, Endereço: Tv Tiradentes, S.N. - CEP: 65195-000, Santo Amaro do Maranhão/MA; Prefeitura Municipal de São Bernardo, Endereço: Praça Bernardo Coelho de Almeida, 863 - Centro - CEP: 65550-000, São Bernardo/MA; Câmara Municipal de São Bernardo, Endereço: Rua Cônego Nestor, 215 - CEP: 65550-000, São Bernardo/MA; Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, Endereço: Rua Ivete Alcântara, S/N, Centro - CEP: 62670-000, São Gonçalo do Amarante/CE; Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante, Endereço: Rua Meneses Pimentel, S/N - CEP: 62670-000, São Gonçalo do Amarante/CE; Prefeitura Municipal de Senador Sá, Endereço: Avenida 23 de Agosto, S/N - Centro - CEP: 62470-000, Senador Sá/CE; Câmara Municipal de Senador Sá, Endereço: Avenida